

MINAS LIVRE PARA CRESCER GERA OS PRIMEIROS RESULTADOS



Com a implementação do Programa Minas Livre para Crescer, o Governo de Minas está facilitando a vida de quem deseja empreender. Entre os objetivos do programa, lançado em dezembro de 2019 sob coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sede), a redução de entraves nos processos burocráticos é um dos mais importantes. Daí a ampliação de diretrizes da Lei de Liberdade Econômica, facilitando ações que irão impulsionar negócios, gerando emprego e renda. Considerado o maior programa de liberdade econômica da história de Minas Gerais, ele vai tornar o estado mais competitivo, com ambiente que facilita e promove o empreendedorismo.

Uma das estratégias da Sede é envolver o público no programa, que foi convidado a contribuir descrevendo as dificuldades e os impasses de processos. Desde o lançamento da política de desburocratização, a secretaria recebeu 203 contribuições. As análises para as melhorias estão avançando e os resultados já começam a surgir.

Transparência

As ações de transparência na regulamentação do mercado livre de gás natural no estado têm sido destaque. A mudança é referente à Resolução Sede 17/2013, no que diz respeito ao método de cálculo e de comercialização de gás. O pedido dá luz à necessidade de se definir a metodologia de cálculo Tusd-e, conforme prevê o art. 46 da Lei federal nº 11.909/09. Assim, será possível separar os custos de movimentação, além de possibilitar que o próprio consumidor comercialize o seu excedente.

O secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, comenta que, apesar da crise imposta pela pandemia da covid-19, a continuidade da iniciativa mostra que o governo mineiro segue engajado na execução de políticas públicas pró-desenvolvimento. *“O Minas Livre para Crescer é uma atividade importantíssima neste momento, uma vez que busca desburocratizar e melhorar o ambiente de negócios, garantindo uma maior segurança jurídica e clareza aos mineiros”*, afirma.

Trabalho em conjunto

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), por meio do Minas Livre para Crescer, propôs mudança nos decretos nº 45.175/2009 e nº 45.629/2011, que estabelecem metodologia de gradação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental.

A mudança altera o percentual referente ao somatório total relativo à compensação dos impactos ambientais provocados por novos empreendimentos. *“A proposta, aprovada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), determinará que o valor máximo a ser cobrado pela compensação ambiental da Lei Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) não ultrapasse 0,5%”*, detalha Passalio. Segundo ele, a proposta vai gerar reduções de custos significativas no processo de implantação de novos projetos.

Outra proposta desenvolvida em conjunto pela Sede e Semad diz respeito à revisão de processos para empreendimentos sujeitos à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) / Relatório de Impacto Ambiental (Rima), que também objetivam a desburocratização e a redução de custos.

Subsecretário de Regularização Ambiental da Semad, Anderson Aguilar diz que a redução de entraves que impedem a ampliação das ações de desenvolvimento econômico estão sendo tratados de forma conjunta com todas as secretarias envolvidas. *“Com discussões técnicas, estamos construindo propostas de resoluções que vão colocar Minas Gerais no cenário de protagonismo econômico e desenvolvimento com preservação da natureza, respeito à vida e às populações. Um crescimento que vai propiciar, também, recursos pra serem aplicados em áreas como Saúde, Educação e Segurança Pública”*, discorre.

Outras propostas

Há também propostas de revisão dos decretos que tratam do Plano de Governança Ambiental e Urbanística da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conhecida como Vetor Norte, para adequação das áreas de interesse especial urbanístico e ambiental. O Instituto Estadual de Florestas (IEF) já foi consultado e mapeou as áreas que foram criadas unidades de conservação e outras áreas que estão em fase de estudo. Desta forma, serão revisadas áreas que não têm requisitos ambientais ou urbanísticos para ficarem reservadas. Isso possibilitará melhoria e agilidade nas análises de futuros projetos.

“Nosso trabalho é simplificar a vida dos mineiros, gerando economia e minimizando as burocracias. O Minas Livre Para Crescer é um programa que perpassa a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e atua em todas as áreas de governo. Desta maneira, nós conseguimos atuar conjuntamente, gerando inúmeros benefícios”, destaca o subsecretário de Desenvolvimento Regional, Douglas Cabido.

Com as propostas já aprovadas por órgãos responsáveis, o programa entra em fase de definição de cronogramas elaborados pelas equipes técnicas que viabilizem a execução dos mesmos.

Foto: Divulgação